

HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA E A SUPRESSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA AND THE SUPPRESSION OF HUMAN RIGHTS

Beatriz Firme Martins – martinssbeatriz.f@gmail.com

Bacharelanda em direito - UniSALESIANO – Lins

Prof. Danilo César Siviero Rípoli - danilo@unisalesiano.edu.br

Mestre em Direito - UniSALESIANO – Lins

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade evidenciar a violação dos Direitos Humanos, diante das condições sub-humanas que os pacientes vivenciaram no Hospital Colônia de Barbacena, direcionado para pacientes com doenças psicopatológicas. No entanto, cerca de 70% dos internados não sofriam qualquer tipo de distúrbio mental. Assim, busca relatar os horrores vividos no local, considerando o livro documentário Holocausto Brasileiro, escrito pela jornalista Daniela Arbex juntamente com ordenamento jurídico. Apesar da magnitude e do rastro de sofrimento que o Hospital Colônia proporcionou, grande parte da população nacional desconhece essa tragédia. O projeto em questão visa transmitir as práticas desumanas que ocorreram, utilizando de relatos, artigos e documentários a respeito.

Palavras-chave: VIOLAÇÃO. DIREITOS HUMANOS. HOSPITAL COLÔNIA.

ABSTRACT

The present work aims to highlight the violation of Human Rights, given the subhuman conditions that patients experienced at the Hospital Colônia de Barbacena. Aimed at patients with psychopathological diseases, however, about 70% of hospitalized patients did not suffer from any type of mental disorder. Thus, it seeks to report the horrors experienced in the place, considering the documentary book Holocausto Brasileiro, written by journalist Daniela Arbex together with the legal system. Despite the magnitude and the trail of suffering that Hospital Colônia provided, a large part of the national population is unaware of this tragedy. The project in question aims to transmit the inhuman practices that occurred using reports, articles and, documentaries about it.

Keywords: VIOLATION. HUMAN RIGHTS. HOSPITAL COLÔNIA.

INTRODUÇÃO

O Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, também conhecido como Hospital Colônia, foi fundado em 12 de outubro de 1903 pelo Governo de Minas Gerais e seu objetivo principal era oferecer assistência adequada para pessoas diagnosticadas com doenças psicopatológicas. Entretanto, seus objetivos se mostraram deturpados, uma vez que a maioria dos pacientes não apresentavam qualquer doença mental, sendo que foram descartados nas instalações, pois eram considerados diferentes, ameaças ou indesejáveis na sociedade. (ARBEX, 2013).

A partir do ano de 1911 já se tinham registros de queixas sobre as condições desumanas vividas no local. Posteriormente, na década de 1930, o cenário também era de superlotação, visto que o complexo hospitalar possuía 6 pavilhões, projetado para acomodar 200 pessoas, porém ali já existiam 5 mil. (ARBEX, 2013).

Cerca de 70% dos pacientes não possuíam qualquer tipo de diagnóstico de doença mental. Esses eram epiléticos, homossexuais, prostitutas, negros, pessoas que se tornaram incômodas para alguém que tinha um maior poder econômico. Eram homens, mulheres e até mesmo crianças. (ARBEX, 2013).

ARBEX (2013, p. 15) faz menção ao psiquiatra italiano Franco Basaglia, que em 1979 esteve no Brasil e conheceu o Hospital Colônia, em sua coletiva de imprensa o mesmo descreveu: “Estive hoje num campo de concentração nazista”.

Em 1980 foi o ano em que o Hospital Colônia foi fechado, levando consigo aproximadamente 60 mil mortos, mortes essas causadas por uma condição de vida precária e por conta das inúmeras torturas. (ARBEX, 2013).

O resgate feito no artigo a respeito da violação de direitos dos pacientes teve como enfoque evidenciar a triste história vivida pelos pacientes do Hospital Colônia e se justifica pela necessidade da proteção dos direitos humanos, sobretudo para com aqueles que mais necessitam de proteção.

1 HOSPITAL COLÔNIA

“Holocausto Brasileiro”, este é o termo utilizado como título pela jornalista Daniela Arbex em seu livro que relata em detalhes e expõe os horrores vivenciados no Hospital Colônia de Barbacena. A jornalista tem como principal objetivo dar notoriedade aos acontecimentos, visto que tal tragédia é desconhecida por muitos, assim será utilizado como fonte primária o livro de sua autoria para relatar os eventos ocorridos em Barbacena-MG. (ARBEX, 2013).

Em 1903 foi criado o primeiro hospital psiquiátrico de Minas Gerais localizado na cidade de Barbacena. Primeiramente funcionava como sanatório particular para tratamento de tuberculose, porém, em alguns anos, em decorrência da falência, instalou-se o Hospício de Barbacena, também conhecido como Hospital Colônia, o qual era vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais (SES), administrado pelo Poder Público. (ARBEX, 2013).

A instituição foi marcada pelas práticas desumanas dos tratamentos médicos e as condições degradantes em que os pacientes viviam, sendo que o Hospital Colônia levou consigo aproximadamente 60 mil mortes, em decorrência de torturas, abusos sexuais e psicológicos, e deixou um rastro de traumas irreversíveis nos sobreviventes. (ARBEX, 2013).

O Hospital Colônia foi fundado em 12 de outubro de 1903 pelo Governo de Minas Gerais, seu objetivo principal era oferecer assistência adequada para pessoas diagnosticadas com doenças psicopatológicas. Entretanto, seus objetivos se mostraram deturpados, uma vez que a maioria dos pacientes não apresentavam qualquer doença mental, estes eram descartados nas instalações, pois eram considerados diferentes, ameaças ou indesejáveis na sociedade. (ARBEX, 2013).

A partir do ano de 1911 já se tinham registros de queixas sobre as condições desumanas vividas no local, posteriormente na década de 1930 o cenário também era de superlotação, visto que o complexo hospitalar possuía 16 pavilhões, projetado para acomodar 200 pessoas, porém chegou a coexistirem 5 mil. (ARBEX, 2013).

Em 1930, com a superlotação da unidade, uma história de extermínio começou a ser desenhada. Trinta anos depois, existiam 5 mil pacientes em 12 lugares projetados inicialmente para 200. A substituição de camas por capim foi, então, oficialmente sugerida, pelo chefe do Departamento de Assistência Neuropsiquiátrica de Minas Gerais, José Consenso Filho, como alternativa para o excesso de gente. A intenção era clara: economizar espaço nos pavilhões para caber mais e mais infelizes. O modelo do leito chão deu tão certo, que foi recomendado pelo Poder Público para outros hospitais mineiros em 1959. Somente em 1980, quando os primeiros ventos da reforma psiquiátrica no Brasil começaram a soprar por lá, é que os gemidos do desengano foram sendo substituídos por alguma esperança. (ARBEX, 2013, p. 21 - 22).

Cerca de 70% dos pacientes não possuíam qualquer tipo de diagnóstico de doença mental. Esses eram epiléticos, homossexuais, prostitutas, negros, pessoas que se tornaram incômodas para alguém que tinha um maior poder econômico, eram homens, mulheres e até mesmo crianças. (ARBEX, 2013).

Desde o início do século XX, a falta de critério médico para as internações era rotina no lugar onde se padronizava tudo, inclusive os diagnósticos. Maria de Jesus, brasileira de apenas vinte e três anos, teve o Colônia como destino, em 1911, porque apresentava tristeza como sintoma. Assim como ela, a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar. (ARBEX, 2013, p. 21).

O escritor Guimarães Rosa lançou seu livro intitulado Primeiras Estórias (1962), composto por vários contos, sendo um deles “Sorôco, sua mãe, sua filha” em que o autor utiliza a expressão trem de loucos para representar os trens que saíram de todo o Brasil com destino a Barbacena.

Quando a locomotiva desacelerava, já nos fundos do Hospital Colônia, os passageiros se agitavam. Acuados e famintos, esperavam a ordem dos guardas para descer, seguindo em fila indiana na direção do desconhecido. Muitos nem sequer sabiam em que cidade tinham desembarcado ou mesmo

o motivo pelo qual foram despachados para aquele lugar. (ARBEX, 2013, p. 27).

Logo na chegada, a triagem feita pelos servidores do hospital, separando os homens das mulheres, era constrangedor, despindo todos presentes, representando, para as mulheres à época, uma violação irreparável, além de os homens terem seus cabelos raspados. A identidade da maioria, ao entrar no hospital, inexistia, ganhando nomes dados pelos funcionários, devendo todos vestir uma farda azul que os rotulavam como loucos, confeccionado de um tecido fino, causando a morte de milhares de pacientes em virtude das baixas temperaturas do local, localizado na Serra da Mantiqueira, atingindo, não raramente, 8° (graus celsius). (ARBEX, 2013).

O Hospital Colônia de Barbacena só fechou suas portas em 1980, após 50 anos de barbárie levando consigo aproximadamente 60 mil vidas. Segundo Thayara Castelo Branco:

Os números exorbitantes e silenciados (por mais de 50 anos) das execuções sumárias, frias e violentas que ocorreram no hospital Colônia de Barbacena superam, e muito, as mortes registradas e ocultadas na ditadura militar brasileira (dentre índios, camponeses, perseguidos políticos, etc). Superam inclusive os números das mais sangrentas ditaduras da América Latina, Chile com mais de 40 mil e Argentina com mais de 30 mil mortos. (BRANCO, 2015).

O Hospital Colônia era formado por dezesseis pavilhões, em todos, a condição de viver era degradante e desumana, morrendo milhares de pacientes pelo ambiente insalubre que viviam, pelo frio que deviam suportar nas noites da Serra da Mantiqueira e de fome e sede, as quais eram mal supridas. A escritora Daniela Arbex descreve em seu livro, através de relatos de sobreviventes, como era a tentativa dos pacientes de se esquentarem:

Observou quando dois homens de jaleco branco embrulharam o morto num lençol, o décimo naquele dia, embora muitos outros agonizassem. Na tentativa de se aquecerem durante a noite, os pacientes dormiam empilhados, sendo comum que os debaixo fossem encontrados mortos, como naquele dia 7. (ARBEX, 2013, p. 23).

Era comum os pacientes beberem água que corria pelos esgotos, bem como os ratos e outros animais dessa natureza serem consumidos pelos moradores do hospital.

Fome e sede eram sensações permanentes no local onde esgoto que cortava os pavilhões era fonte de água. Nem todos tinham estômagos para se alimentar de bichos, mas os anos no Colônia consumiam os últimos vestígios de humanidade. (ARBEX, 2013, p.47).

Os pacientes eram submetidos a sucessivas sessões de eletrochoques como forma de tratamento médico. Entretanto, o que parecia ser tratamento médico, configurou-se como tortura, tendo em vista as inúmeras vezes a que os pacientes eram submetidos a esse “tratamento”, muitas vezes provada a desnecessidade, sem tomada as devidas orientações necessárias para a sua realização por parte dos mandantes médicos, que, mesmo contra a vontade, os servidores do hospital eram obrigados a fazer o procedimento. Isso porque, participar dessas sessões de torturas serviam como promoção aos funcionários que almejavam melhorar sua situação dentro do hospício. Observa-se como ocorria, segundo a narração da escritora Daniela Arberx, após entrevista com os funcionários que trabalharam no hospital:

Recordava-se sempre do início das sessões, quando era segurado pelas mãos e pelos pés para que fosse amarrado ao leito. Os gritos de medo eram calados pela borracha colocada à força entre os lábios, única maneira de garantir que não tivesse a língua cortada durante as descargas elétricas. [...] Para conseguir crescer profissionalmente dentro do hospital, os interessados precisavam passar por todas as etapas de atendimento na área de saúde, desde a aplicação de injeção até a realização de curativo e do temido eletrochoque. [...]

A colega Maria do Carmo, que também era da cozinha, foi a primeira a tentar. Contou mentalmente, um, dois, três e aproximou os eletrodos das têmporas de sua cobaia, sem nenhuma anestesia. Ligou a engenhoca na voltagem 110 e, após nova contagem, 120 de carga. O coração da vítima não resistiu. O paciente morreu ali mesmo, de parada cardíaca, na frente de todos. [...]

Imediatamente, os atendentes do hospital embrulharam o coitado num lençol, como se aquele não fosse cadáver. [...]

A segunda candidata se aproximou de outra cama e, trêmula iniciou a prova. O paciente escolhido era mais novo que o primeiro. Apresentava ter menos

de vinte anos. [...] Não resistiu. Era a segunda morte da noite, e as aulas estavam só começando. (ARBEX, 2013, p. 35-37).

Zygmunt Bauman aponta que um distanciamento dos atos realizados cria uma inibição moral, desta forma, até mesmo uma pessoa considerada de boa índole é capaz de realizar atos cruéis, pois esta não tem um total conhecimento de suas próprias ações ou se encontra em uma situação de manipulação de um poder superior como em instituições.

Sem conhecimento direto das próprias ações, mesmo o melhor ser humano age num vazio moral: o reconhecimento abstrato do mal não é nem um guia confiável nem um motivo adequado... (BAUMAN apud LACHS, 1998, p. 45). O aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas consequências produz mais do que a suspensão da inibição moral; anula o significado moral do ato e todo conflito entre o padrão pessoal de decência moral e a imoralidade das consequências sociais do ato. Com a maioria das ações socialmente significativas mediadas por uma extensa cadeia de dependências causais e funcionais complexas, os dilemas morais saem de vista e se tornam cada vez mais raras as oportunidades para um exame mais cuidadoso e uma opção moral consciente. Efeito similar (...) é obtido tornando as próprias vítimas psicologicamente invisíveis. (BAUMAN, 1998, p. 45)

Os usos dos eletrochoques eram tão exacerbados que moradores da cidade de Barbacena e funcionários do hospital relataram que "a energia elétrica da cidade não era suficiente para aguentar a carga. Muitos morriam, outros sofriam fraturas graves". (ARBEX, 2013, p. 36). São inúmeros os relatos de violências físicas e psicológicas que são evidenciadas ao longo da obra de Arbex.

Sônia cresceu sozinha no hospital. Foi vítima de todos os tipos de violação. Sofreu agressão física, tomava choques diários, ficou trancada em cela úmida sem um único cobertor para se aquecer e tomou as famosas injeções de "entorta", que causavam impregnação no organismo e faziam a boca encher de cuspe. Deixada sem água, muitas vezes, ela bebia a própria urina para matar a sede. Tomava banho de mergulho na banheira com fezes, uma espécie de castigo imposto a pessoas que, como Sônia, não se enquadravam às regras. Por diversas vezes, teve sangue retirado sem o seu consentimento por vampiros humanos que enchiam recipientes de vidro, a fim de aplicá-lo em organismos mais debilitados que o dela, principalmente nos pacientes que passavam pela lobotomia. A intervenção cirúrgica no cérebro para seccionar

as vias que ligam os lobos frontais ao tálamo era recorrente no Colônia. (ARBEX, 2013, p.45- 46).

Sem mais se estender quanto a narrativa dos fatos que ocorreram no Hospital Colônia, é necessário frisar que muitos dos pacientes eram forçados a trabalhar nas plantações de milho, batata-doce, feijão, dentre outros serviços que não contava com nenhum tipo de segurança na realização das atividades e muito menos remuneração: "Não pareciam doentes, mas escravos, embora a escravatura no Brasil tivesse terminado havia quase trinta anos". (ARBEX, 2013, p. 61).

Os cadáveres geravam lucros, sendo vendidos para universidades de medicina de todo Brasil, sem nenhuma instituição de ensino ou outro setor da sociedade questionar a sua procedência. Estipulam-se que cerca de 1.853 corpos foram comercializados entre 1969 a 1980. Em 1980 foi ano em que o Hospital Colônia foi fechado, levando consigo aproximadamente 60 mil mortos, mortes essas causadas por uma condição de vida precária e por conta das inúmeras torturas. (ARBEX, 2013).

2 HOSPITAL COLÔNIA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Nas instalações do Hospital Colônia de Barbacena, os ditos tratamentos recebidos pelos pacientes não possuíam qualquer objetivo de melhora, naquele local qualquer valoração aos Direitos Humanos foi descartada. O artigo 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos elenca o direito à integridade pessoal, especificamente, a integridade física, psíquica e moral. Dessa forma, tem-se a integridade humana preservada em um tríptico esfera, conforme ensina Lazari e Garcia:

física, envolvendo aspectos exteriores ao corpo e detectáveis objetivamente; psíquica, no que tange a questões sobre raciocínio e lógica que repousam no cérebro humano; e moral, conceito amplo que abrange inclusive questões espirituais e sentimentais. (2015, p. 176).

Houve uma violação extrema aos direitos humanos quando as vidas foram ceifadas por motivo de comércio, visto que os corpos eram vendidos para faculdades de medicina, podendo chegar a um número de 16 corpos por dia. (ARBEX, 2013).

Os direitos humanos são destinados a todos, sem distinção de raça ou ideologia, trazendo um amparo principalmente aos menos favorecidos, porém isto se torna uma inverdade no Hospital Colônia. Neste sentido, ressalta Lazari e Garcia (2015, p. 47) a importância de se trabalhar a característica da universalidade dos direitos humanos, que “não apenas defende a proteção equivalente a todos, como também importa dizer que determinados grupos são mais necessitados e, portanto, devem receber maiores doses de proteção do Estado”.

O objetivo da Declaração Universal dos Direitos Humanos é proteger o direito de todos, sendo que ela apenas foi adotada pelo Brasil em 1948. O Hospital Colônia violou tal convenção, assim como feriu a Constituição Federal ao manter um hospital que possuía o objetivo de tratar pessoas com problemas psiquiátricos, mas que na realidade era utilizado para trancar pessoas que de alguma forma foram excluídas da sociedade.

O Princípio da Dignidade de Pessoa Humana significa colocar a pessoa humana “como centro e norte para qualquer processo de interpretação jurídico, seja na elaboração da norma, seja na sua aplicação”. (LAZARI; GARCIA, 2015, p. 47).

A propósito, Piovesan pontua:

quando os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária à reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável”. (PIOVESAN, 2000, p.130).

Ainda que o Hospital do Colônia tenha coexistido após o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nem mesmo a adesão do Brasil a esse instrumento jurídico internacional não foi capaz de cessar as atrocidades cometidas naquele local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho pôde-se concluir que ao se subscrever a Declaração Universal dos Direitos Humanos o Brasil se comprometeu a aplicar esse dispositivo, bem como a contribuir para a instauração de uma ordem mundial pautada nos direitos humanos, independente do sistema de governo vigente.

Considerando os relatos de Daniela Arbex (2013), os ensinamentos de De Lazari e Garcia (2015) e tendo como escopo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a dignidade da pessoa humana, entende-se que houve uma violação de direitos inerentes a pessoa humana.

Entretanto, o que se observa no Hospital Colônia de Barbacena é o total descaso para com a dignidade da pessoa humana, sendo que naquele local se consolidou uma prisão para inocentes que foram calados por ignorância, por interesse daqueles que possuíam poder e pela crueldade humana.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração, 2013.

BRANCO, Thayara Castelo. **O Holocausto Manicomial**: trechos da história do maior manicômio do Brasil!. [S.l.]: Justificando, 2015. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/03/05/o-holocausto-manicomial-trechosda-historia-do-maior-hospicio-do-brasil/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

LAZARI, Rafael de; GARCIA, Bruna Pinotti. **Manual de Direitos Humanos**. Volume único. 2. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica)**. São José da Costa Rica: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, [1969]. Disponível em:

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 10 mai. 2021.